



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

31) O delito de corrupção passiva é previsto no artigo 317 do Código Penal. Diante do exposto e de acordo com o texto do Código Penal, assinale a afirmação correta.

- a) comete tal crime o funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) comete tal crime o funcionário público que constrange mediante violência ou grave ameaça a obtenção de vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- c) a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, mesmo que sem infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, terá a sua pena reduzida para detenção de três meses a um ano ou somente a pena de multa.

RESPOSTA: C, pois está de acordo com o artigo 317, §1º, do CP. As alternativas A e B, trazem os verbos, respectivamente, dos crimes de concussão e extorsão. A alternativa D é errada pois tal crime é praticado se o servidor infringir dever funcional.

32) Aponte a assertiva que não corresponde ao texto do Código Penal.

- a) quem facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho comete a crime de facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) retardar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal ou sentimento pessoal é o que consta no crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- c) quem deixa de praticar, devidamente, ato de ofício para satisfazer interesse público comete o crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal.
- d) deixar o Diretor de Penitenciária ou agente público de cumprir o seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, permitindo, assim a comunicação com os outros presos e com o ambiente externo é texto previsto no artigo 319-A do Código Penal.

RESPOSTA: C, pois o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício, devidamente, para atender o interesse público não comete crime algum, ao contrário estará cumprindo o seu dever.

33) Assinale a alternativa correta de acordo com o que está previsto no texto do Código Penal.

- a) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, em troca de vantagem indevida, de responsabilizar o funcionário subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.
- b) Comete o crime de condescendência criminosa quem deixa, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, quando não for competente, funcionário que cometeu infração no exercício do cargo.
- c) Comete o crime de advocacia administrativa quem patrocinar, direta ou indiretamente, interesse publico, perante a administração publica, valendo-se da qualidade de funcionário.
- d) Se tal interesse publico for ilegítimo a punição será de detenção de três meses a um ano, além da multa.

RESPOSTA: B, pois está de acordo com o que está disposto no artigo 320 do Código Penal. A alternativa A é incorreta pois a omissão na responsabilização do funcionário faltoso é devido a indulgência, e não em troca de vantagem indevida. A alternativa C é incorreta pois o crime de advocacia administrativa é quando o funcionário patrocina, ou melhor, representa interesses privados e não públicos, em seu benefício ou de terceiros perante a administração pública. A alternativa D é incorreta pois a pena é agravada quando o interesse privado for ilegítimo e não como constou na assertiva, interesse público. Interesse público é sempre legítimo !

34) Estudando os crimes praticados pelo funcionário público contra os interesses da administração pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Comete o crime previsto no artigo 322, violência arbitrária, quem praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.
- b) Comete o crime previsto no artigo 323, abandono de função, quem abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- c) Se o abandono de cargo resultar prejuízo particular será punido com detenção de três meses a um ano, além da multa.
- d) Se o abandono de cargo ocorrer em lugar compreendido na faixa de fronteira será punido com detenção de um a três anos e multa.

RESPOSTA: C. Pois, conforme está previsto no artigo 323, §1º, do Código Penal, se do abandono resultar prejuízo público a pena será a que está prevista na alternativa e, não como constou.

35) Sobre o crime de violação de sigilo funcional, previsto no artigo 325 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) comete o crime quem revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, sendo que a lei não pune quem facilita a revelação.
- b) também comete o crime quem permite, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.
- c) comete o crime também quem se utiliza, devidamente, do acesso restrito.
- d) se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública ou a outrem será punido com a pena de reclusão de dois a seis anos, além da multa.

RESPOSTA: D. Estando de acordo com o que está disposto no artigo 325, §2º, do Código Penal.

A alternativa A é incorreta, pois a lei pune também quem facilita a revelação.

A alternativa B é incorreta, pois a lei incrimina o acesso a pessoas não autorizadas, conforme está previsto no artigo 325, §1º, I, do Código Penal.

A alternativa C é incorreta, pois a lei incrimina o acesso restrito indevidamente.

36) Aponte a alternativa incorreta.

- a) comete o delito do exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, previsto no artigo 324, do Código Penal quem entra no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais.
- b) também comete o delito exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, previsto no artigo 324, do Código Penal quem continua a exercer a função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- c) a lei considera funcionário público quem, com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- d) a lei considera funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade para-estatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

RESPOSTA: C. Pois tal assertiva não está de acordo com o que está disposto no artigo 327, do Código Penal, pois tal dispositivo legal considera funcionário público quem embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

37) Assinale a alternativa correta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) comete o crime de usurpação de função pública, previsto no artigo 328 do Código Penal quem usurpar o exercício de função publica.
- b) se o agente, em razão da usurpação de função, auferir vantagem, a pena será a mesma da usurpação constante no caput do artigo 328 do Código Penal.
- c) comete o crime de resistência quem se opõe à execução de ato ilegal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo, contendo, não atingindo aos particulares que estejam lhes prestando auxílio.
- d) as penas do artigo 329, crime de resistência, são aplicáveis, prejudicando as penas correspondentes à violência.

RESPOSTA: A. Estando de acordo com o artigo 328, caput, do Código Penal. A assertiva B é incorreta pois quando há vantagem as penas são aumentadas, conforme artigo 328, parágrafo único, do C. P. Já a alternativa C peca pela palavra “ato ilegal”, pois quem se opõe a ato ilegal não comete crime algum, mas, somente quem se opõe a ato legal. A alternativa D é incorreta pois as penas do artigo 329 não prejudicam as penas da violência.

38) Assinale a alternativa incorreta conforme disposto no texto do Código Penal.

- a) comete o crime de desobediência quem desobedece à ordem legal de funcionário publico.
- b) comete o crime de desacato quem desacata funcionário público no exercício da função ou em razão dela.
- c) comete o crime de trafico de influência, previsto artigo 332, quem solicita, exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- d) a pena é aumentada em dois terços se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário publico.

RESPOSTA: C, pois está em desconformidade com o artigo 332, parágrafo único, onde a pena é aumentada da metade quando o infrator alegar ou insinua que a vantagem será destinada ao funcionário público.

39) Sobre o delito de corrupção passiva, previsto no artigo 333 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) comete o crime quem oferece vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício.
- b) comete o crime quem promete vantagem devida a funcionário público para determiná-lo a praticar ato de ofício.
- c) a pena é aumentada de metade se em razão da vantagem ou promessa o funcionário omite ato de ofício.
- d) a pena não será aumentada se, em razão da vantagem ou promessa de vantagem ou funcionário pratica o ato infringindo o dever funcional.

RESPOSTA: A. Estando em conformidade com o artigo 333, do Código Penal. A alternativa B é incorreta pois a vantagem deve ser indevida e, não como constou, devida. A alternativa C é incorreta pois o aumento de pena é de um terço e não da metade. A alternativa D é falsa pois neste caso a pena também será aumentada em um terço.

40) Aponte a assertiva incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) comete o crime de contrabando ou descaminho quem importa mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada da mercadoria.
- b) incorre na mesma pena do contrabando ou descaminho quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.
- c) equipara-se às atividades comerciais de contrabando ou descaminho, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, exceto o exercido em residências.
- d) a pena do contrabando ou descaminho será aplicada em dobro se o crime for praticado por meio de transporte aéreo.

RESPOSTA: C. Pois a lei também equipara como comércio irregular ou clandestino o realizado em residências, conforme prevê o artigo 334, §2º, do C. P.